



ARGUMENTAÇÃO, ENSINO DA LÍNGUA E DISCURSO POLÍTICO

Josefa Almeida da Silveira ¹
Márcia Regina Curado Pereira Mariano ²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma sugestão para a aplicação de atividades para o ensino da língua materna a partir do oral/escrito argumentativo sob a perspectiva teórica dos estudos retóricos e de argumentação de base aristotélica. Objetiva propor o desenvolvimento da capacidade do senso crítico, da leitura reflexiva, da organização das ideias e da competência da comunicação argumentativa, a partir do entendimento de língua enquanto forma de interação, visando à otimização da capacidade de análise e à construção da argumentação no discurso político. Desenvolve-se a partir do contato de alunos do Ensino Fundamental (9º ano) com discursos políticos (observação, comparação e análise do ponto de vista da argumentação; confronto com problemas vivenciados pela população em geral, registros coletados na comunidade; troca de ideias e reflexão acerca do papel do político) e culmina com a produção de uma carta aberta. Palavras-chave: Argumentação. Discurso político. Ensino da língua. Escrita. Oralidade.

ABSTRACT

This paper presents a suggestion for the application of activities for the teaching of mother language from the oral / written argumentative under the theoretical perspective of the rhetorical studies and argumentation based on Aristotle. It aims to propose the development of the capacity of critical sense, reflexive reading, the organization of ideas, enabling students to the competence of argumentative communication, from the understanding of language as a form of interaction, aiming at the optimization of analysis capacity and the construction of Argumentation in political discourse. It's developed from the contact of elementary school students (9th grade) with political speeches (observation, comparison and analysis from the point of view of argumentation, confrontation with problems experienced by the general population, records collected in the community; exchange of ideas and reflection on the role of the politician) and culminates in the production of an open letter.

KEYWORDS: Argumentation. Political speech. Language teaching. Writing. Orality.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (Mestrado Profissional em Letras (Profletras) – Unidade de Itabaiana. Grupos de pesquisa: GPARA (UFS) e LED (UFS). Professora de Língua Portuguesa da rede básica de ensino do Estado de Sergipe, desde 1990. Email: josefalettras@gmail.com

² Mestre em Linguística e doutora em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Letras do campus Prof. Alberto Carvalho, em Itabaiana, desde 2011. Email: ma.rcpmariano@gmail.com

Introdução

O ato de argumentar está associado ao uso efetivo da linguagem, ao discurso, uma vez que as pessoas, frequentemente, avaliam, julgam, criticam, opinam. Até mesmo a fala que não tem a intenção de ter aceitação por parte do público exerce alguma influência, guiando formas de ver e de pensar, provocando alterações comportamentais. Alguns discursos são, nitidamente, argumentativos, a título de exemplo, o discurso político, a propaganda; enquanto outros não, como a carta pessoal, o artigo informativo, o texto ficcional.

Os alunos, cada um, também possuem seu discurso, sua ideologia, suas crenças, valores e opiniões. Todavia, tais elementos precisam ser organizados, trabalhados e inseridos no fazer textual, a partir de atividades que treinem essa competência; além do mais também querem ter suas posições aceitas. A escola, então, precisa dar o suporte necessário para que seus aprendizes desenvolvam o senso crítico, a reflexão, a tomada de posições.

Antunes (2003, p. 24) assevera que em relação às práticas em torno da oralidade percebe-se que há um vácuo da fala enquanto “objeto de exploração no trabalho escolar”, perdendo-se a oportunidade de realizar um trabalho com os gêneros orais da comunicação pública, e alimentando a errônea ideia de que a oralidade, e consequentemente os gêneros orais, estão tão presentes em nosso dia a dia que não se faz necessário que sejam trabalhados em sala. E, sobre a escrita, que a realização dessa atividade precisa deixar de lado a prática de uma “escrita mecânica e periférica, centrada nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos e memorização de regras ortográficas” (ibidem, 25). Deixar de lado a prática de uma escrita “artificial, sem valor interacional, sem autoria e sem recepção” (idem).

Portanto, entender o ensino de língua portuguesa é entender a língua como forma de interação. A língua só ocorre por meio do discurso, o qual se concretiza por



meio das diferentes manifestações discursivas que circulam na sociedade. Por isso, a premissa básica para o ensino de língua portuguesa nos diferentes níveis de escolarização é o trabalho com o texto nas suas diversas possibilidades.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral promover o desenvolvimento da capacidade de análise e de construção de argumentação com a proposta de uma prática de ensino a partir da análise de discursos políticos, com ênfase para as (nas) estratégias argumentativas, a fim de contribuir para a formação do aluno com perfil reflexivo, crítico, autônomo e produtor de textos orais/escritos significativos.

Pretende-se, assim, auxiliar o discente na produção e na compreensão textuais, entendendo a oralidade e a escrita como atos de linguagem, como atividades interativas de expressão e exercício de cidadania, conforme refletiremos a seguir.

Ensino de língua portuguesa: oralidade e escrita

Em geral, o aluno sente dificuldade na hora de produzir seu texto e nem sempre a escola oferece subsídios para sanar o problema. O dia a dia escolar precisa ser distinto de uma rotina de tarefas e para isso alguns requisitos são necessários. É importante que exercícios de compreensão e produção textual e atividades comunicativas façam parte do cotidiano escolar, tornem-se uma prática comum, a fim de que as competências linguísticas desse aluno sejam potencializadas.

Abreu (2014) afirma que a escola tem uma função primordial no desenvolvimento das competências do aluno. Aluno enquanto falante, leitor e produtor de textos. O autor chama a atenção para o fato de que para que esse desenvolvimento ocorra, para que o aluno se torne um leitor/escritor proficiente, é necessário o trabalho com o texto, na medida em que, considerando que a língua só

existe na interação entre os interlocutores, deve-se estudar nas aulas de língua portuguesa a linguagem, o discurso – atividade comunicativa capaz de gerar sentido entre interlocutores. Portanto, a prática de sala de aula deve estar centrada no texto (ABREU, 2014, p.67).

A escola precisa colocar o aluno em contato com textos, os mais variados possíveis, a fim de que se posicione criticamente sobre fatos ou acontecimentos sociais que o atingem. É que essa posição crítica assumida pelo aluno seja organizada num texto coerente, seja oral ou escrito, e que essa produção faça sentido para ele, enquanto autor, e para seus leitores e ouvintes.

Desse modo, segundo Cavalcante (2014, p. 17), é que temos um texto, enquanto “unidade de linguagem dotada de sentido e cumpre um propósito comunicativo direcionado a um certo público”. Esse sentido se constrói na interação, em uma situação determinada de uso, dentro de uma época específica, em uma certa cultura em que estão situados os componentes da enunciação.

Esse conceito de texto tem origem em várias concepções, todas oriundas da linguística textual. Na concepção de Beaugrande (*apud* Cavalcante, 2014, p. 18), que compreende o texto como “um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, culturais, sociais e cognitivas”; de Marcuschi (2008, p.88), para quem o texto é a “unidade máxima de funcionamento da língua”; e de Koch (2015, p. 44), para quem “o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e por ele são construídos”.

Logo, texto é “um evento comunicativo e de interação entre locutor e interlocutor, os quais se encontram em um diálogo constante”, reforça Cavalcante (2014, p. 20). O processo interativo que permeia a escrita implica no resultado dessa produção textual.

O produtor do texto precisa pensar no que vai escrever, para quem vai escrever, e no objeto da produção. E é a partir desses fatores, da interação entre eles que se forma o texto. Dessa forma, a construção de linguagem consiste numa operação interativa, numa operação de cooperação.

Reportando-se aos estudos da enunciação, Bakhtin (1997, p. 293) declara que “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma”.

Nessa concepção, o enunciado é, portanto, entendido como unidade real da comunicação verbal, demarcada pelo revezamento dos sujeitos falantes. Conseqüentemente, os textos usados em sala precisam dialogar com a realidade dos alunos, fazer parte de seu cotidiano, permitir a interação, mobilizar conhecimentos. Isso significa valorizar a reflexão, o saber crítico, sair de um ensino puramente normativo para um ensino mais reflexivo.

Para a linguística textual, de acordo com Marcuschi (2008, p. 54), “um dos objetivos gerais do ensino de Português é desenvolver a competência da comunicação”, ou seja, orientar o aluno para um melhor uso da língua no domínio das estruturas, na correção gramatical e, principalmente, no ato verbal das diversificadas situações de comunicação.

Por isso, é importante a escola promover espaços de leitura e de produção, de forma significativa, porque se aprende ler, lendo; a escrever, escrevendo. É com a escrita que o aluno terá acesso à vida social cidadã. Sendo assim, ter a habilidade de leitura e escrita proficientes possibilita o exercício de cidadania, o acesso aos bens culturais e a inclusão social.

Trata-se, dessa forma, de a escola permitir ao aluno esse exercício da cidadania. E há diversos caminhos que podem e precisam ser percorridos para que se possa construir um sentido mais abrangente do que vem a ser a leitura e escrita proficientes, e vários deles passam pela prática da argumentação.

Argumentação e ensino

O expediente de argumentar e de deliberar é uma marca que serve de referência para o ser humano, que, em seu cotidiano, avalia, julga, critica, ou seja, constrói juízos de valor. Aristóteles certifica que, “de fato, em uma certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação dos outros” (2013, p. 39). Em vista disso, a argumentação precisa ser exercitada em suas variadas formas.

Conseqüentemente, cabe à escola desenvolver tal habilidade, aprimorar o que já é próprio dos falantes. O desenvolvimento da competência comunicativa precisa, então, ser o núcleo do trabalho com a língua. Sobre essa competência, Plantin reconhece que “não é uma competência semântica da língua. Mas uma técnica especializada do planejamento lógico-discursivo, uma competência da fala, de múltiplas dimensões” (PLANTIN, 2008, p. 35).

Isso significa que não é suficiente saber falar para saber argumentar, é preciso construir e treinar habilidades, oferecer atividades que favoreçam a organização e a capacitação dessa competência. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, “compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos” (BRASIL, 2013, p. 16), isto é, para desenvolver o ser humano enquanto cidadão.

Para isso, a escola precisa priorizar processos capazes de gerar “sujeitos inventivos, participativos, cooperativos, preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais” (BRASIL, 2013, p. 16). É preciso ainda que sejam capacitados para realizar intervenções diante de problemas vividos no dia a dia, na sociedade em que estão inseridos.

Remetendo-nos aos estudos da Retórica Antiga, de acordo com Aristóteles a persuasão dá-se de três formas: pelo caráter do orador – o *ethos*; pela disposição dos ouvintes – o *pathos*; ou pelo discurso em si – o *logos*. Pelo caráter, quando a maneira como o discurso é proferido “deixa a impressão de o orador ser digno de fé”. Pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a “sentir emoção por meio do discurso”. E, pelo discurso, quando o orador mostra a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é “persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2013, p. 45).

Retomando esses conceitos aristotélicos, Ferreira admite que não importa se uma afirmação é verdade ou mentira; para os bons oradores, o que de fato interessa é que “imprimam em seu auditório a sensação de verdade, o verossímil, o persuasivo” (2010, p. 33). Desta forma, pensando numa relação possível entre a Retórica e os estudos enunciativos, o *ethos* apresenta-se como a construção de uma imagem de si feita pelo orador no discurso e “explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado” (FIORIN, 2015, p.70), assim como “o *páthos* não é a disposição real do auditório, mas uma imagem que o enunciativo tem dela” (idem, 2015, p. 74).

Perelman e Olbrechts-Tyteca asseveram que o objetivo de toda argumentação é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (2005, p. 04). Isso quer dizer produzir uma disposição para a ação. Para isso acontecer, quem faz uso da argumentação se utiliza de técnicas

linguísticas e discursivas a fim de persuadir e convencer o auditório, faz escolhas que motivam a aceitação de determinadas teses.

Para esses autores, a argumentação é uma ação que “tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes” (*ibidem*, p. 61). Os neo-retóricos ressaltam que o uso da linguagem não é somente um meio que possibilita a comunicação, mas também “instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão” (*ibidem*, p. 150). E acrescentam que uma argumentação eficaz é aquela que consegue incrementar a intensidade de adesão, de modo a desencadear entre os ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50).

Na busca pela persuasão e pela ação do auditório, o orador constrói sua argumentação pautado nos valores e nas crenças daquele, transformando-o em um coautor do discurso. Criada a “disposição para a ação”, ao auditório cabe aceitar ou não as ideias que lhe são apresentadas, partir ou não para a ação. No discurso político, a aceitação ou não do que é proposto discursivamente implica no direcionamento de ações que afetam uma coletividade, o que garante a esse gênero uma grande importância nos estudos linguísticos e discursivos, dentro e fora das salas de aula.

O discurso político

Os discursos, de um modo geral, constituem-se em discursos de poder, uma vez que visam à aceitação de uma (suposta) verdade neles criada. No discurso político esse objetivo é ainda mais intenso, já que a luta pelo poder é explícita. Ele serve, assim, como busca, conservação, reconhecimento, reforço do poder. Todas as ações são voltadas para o ser/ter autoridade. O orador político tido como autorizado (o

candidato, o cidadão que ocupa uma função política...) assume um tom de especialista do público, conhecedor das necessidades do povo, constrói o ethos daquele que tem o domínio da verdade, em quem se pode confiar.

Em uma obra organizada por Fulaneti e Bueno, dedicada ao discurso político, na perspectiva da semiótica de Greimas, Fiorin (2013, p. 25), destaca que “o discurso político tem na sua base uma disputa pelo poder” e que a verdade do discurso político “deriva de sua adequação à realidade”.

Deste modo, a característica fundamental do discurso político é a necessidade de impor a sua verdade, para que sobreviva. Mas, ao mesmo tempo, essa verdade está sempre ameaçada num jogo de significações. Ele vive constantemente num processo de re/des/construção, porque não é algo absoluto, pronto; trabalha com os parâmetros da parcialidade, tem como princípio central a polêmica, e sobrevive da desconstrução do outro, para então se construir.

Portanto, o discurso político possui caráter frágil, dinâmico, provisório. Por sua particularidade polêmica, ao defender posições, situa-se contrariamente a outros discursos. E, pela sua propriedade argumentativa, dispõe-se nitidamente a defender ideias com o objetivo de persuadir o interlocutor.

O homem, contemplado com o dom da palavra, é feito para a sociedade política. Para isso faz uso da palavra argumentativa, faz uso do gênero deliberativo, aquele que conduz a fazer ou a não fazer alguma coisa, e no qual se encaixa o discurso político. A finalidade desse gênero é “determinar o útil ou o danoso de um procedimento aconselhado, propõe-se a obter uma decisão de ação” (ARISTÓTELES, 2013, p. 54).

O orador desse tipo de gênero faz uso do tempo futuro; discursa sobre coisas a serem realizadas a partir do que ele aconselha ou desaconselha. Os estudos

aristotélicos confirmam que esse discurso não tem a pretensão de definir os fins, mas os meios ligados aos fins, já que se baseia na utilidade das coisas. Para esse orador, o fim é o conveniente ou o prejudicial: para aquilo que aconselha, recomenda-o como o melhor; e para aquilo que desaconselha, desestimula-o como pior (*ibidem*, p. 51).

Para Tavares (2001, p. 196), “o sujeito, ao produzir um discurso, se posiciona social e historicamente e, dessa forma, ele assume uma formação ideológica e fala de dentro desta”. É assim que se dá a adesão dos interlocutores. Aos interlocutores cabe perceber o lugar de onde o discurso está sendo enunciado, já que “a eficácia de um argumento depende também do lugar que o locutor ocupa dentro de um determinado contexto” (TAVARES, 2001, p. 200).

O discurso político mostra-se, dessa forma, como a construção sempre inacabada de uma realidade familiar que busca se aproximar da vida cotidiana do eleitor, a quem são oferecidas grandes possibilidades de identificação. É desse efeito de proximidade que resulta o sentimento de verdade, já que, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 58), o discurso deliberativo utiliza “disposições já existentes no auditório e os valores são meios que permitem determinar uma ação”.

Os ouvintes/leitores desse gênero, em geral, são vistos pelos oradores políticos como pessoas dominadas pelo prazer de escutar, como se estivessem num espetáculo; mas só que o discurso político tem a incumbência de deliberar sobre a sua cidade, estado, país, ele não é o discurso da festa ou das homenagens, como muitas vezes são transformados os palanques. Temos, então, um orador e um auditório que enxergam no discurso político, muitas vezes, apenas a celebração, como se estivessem diante do discurso epidítico, sem notar que, enquanto deliberativo, ele determina ações cruciais para suas vidas em sociedade.

Para muitos, o discurso político tem locais de enunciação específicos. Desta forma, só seria legítimo quando surge de partidos políticos, dos governantes, de

assembleias legislativas. No entanto, deve-se levar em consideração que com a democracia cada vez mais existem outros espaços de produção desse tipo de discurso. Isso significa que além dos discursos políticos enunciados nos “locais de política” (Câmara, Senado, palanques, sindicatos...) há também o discurso político feito na imprensa e o que é realizado na/pela sociedade em geral, pelo homem comum, nas suas reflexões e manifestações sobre os caminhos políticos de seu país e nas suas ações para modificá-los. É essa a possibilidade de fazer política que procuramos e devemos levar aos alunos.

Metodologia

A pretensão desta proposta é fazer com que alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, Turma A (turno matutino), que estudam em um colégio estadual situado na cidade de Campo do Brito-SE., explorem a compreensão e a produção de textos de cunho político e desenvolvam a competência da comunicação argumentativa.

A escolha pela pesquisa-ação deu-se tendo em vista a finalidade principal deste trabalho que é a resolução do problema: a dificuldade de argumentar, baseando-se na experiência das pesquisadoras. A pesquisa por ser ação, uma forma de procurar informações sobre a realidade, traz a participação dos alunos como sujeitos ativos no conhecimento de sua própria realidade e tornará possível aos mesmos conseguir conhecimentos essenciais para a produção textual. Para Thiollent, a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1985, p. 14).

O trabalho visa desenvolver no aluno o senso crítico e a capacidade de comunicação por meio de entrevistas e debates, da análise de discursos políticos e da produção de um texto argumentativo, do tipo carta aberta. É um trabalho de intervenção, que serve tanto para a ação didático-pedagógica (aprendizagem), como para a formação de conhecimento/entendimento dos fatos entre os envolvidos no processo da investigação.

1ª ETAPA	ATIVIDADES
	1ª SEMANA 1ª aula: Exposição/explicação do trabalho em sala: objetivos e etapas. Formação das equipes e divisão de locais. 2ª e 3ª aulas: Troca de ideias (principais problemas da comunidade). Elaboração de perguntas (entrevistas). Orientações (fotografias e entrevista /simulação). 4ª e 5ª aulas: Visitas e registros dos principais problemas locais (comunidade escolar). <u>Atividade extraclasse:</u> Visitas e registros dos principais problemas locais (comunidade local).
2ª ETAPA	2ª SEMANA 1ª e 2ª aulas: Seleção e escolha do material registrado (fotos e entrevistas). 3ª aula: Apresentação oral dos registros (entrevistas) e <i>slides</i> (fotografias). 4ª e 5ª aulas: Reflexão e troca de ideias (políticas públicas; problemas locais registrados).
3ª ETAPA	3ª SEMANA 1ª, 2ª e 3ª aulas: Aula expositiva: Tipos de argumentos. Partes do discurso persuasivo. Ethos. Auditório. 4ª e 5ª aulas: Análise dos discursos - argumentos: domínios da possibilidade, probabilidade e plausibilidade (Perelman e Tyteca). <u>Obs.:</u> Durante esta etapa, uma das aulas da disciplina História foi reservada para o estudo dos poderes públicos e suas atribuições.

	<u>Atividade extraclasse:</u> visitação a sessões na Câmara Legislativa local
4ª ETAPA	4ª SEMANA 1ª e 2ª aulas: Apresentação oral das análises. 3ª, 4ª e 5ª aulas: Reflexão e debates (problemas da comunidade X sugestões e argumentos utilizados nos discursos; discursos políticos X registros locais: pontos contemplados, quesitos focalizados).
5ª ETAPA	5ª SEMANA 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª aulas: Produção de texto (escrito): carta aberta. <u>Atividade extraclasse:</u> Entrega da carta aberta à Câmara Legislativa local.

É um tipo de trabalho que aciona mudança da realidade social e, para isso, exige preparação, trabalho em equipe e interdisciplinaridade. Foi desenvolvido através da própria experiência, tendo como campo de atuação a sala de aula, e constituído de cinco etapas, que foram trabalhadas durante cinco semanas, distribuídas em cinco aulas/semana, cada aula com duração de 50 minutos, conforme descritas no quadro.

Todas as atividades foram realizadas em dinâmicas de grupos, objetivando uma dimensão coletiva e interativa na produção dos saberes, constituindo-se, dessa forma, uma ação de democratização dos conhecimentos adquiridos.

Considerações finais

Oferecer um ensino com práticas significativas de leitura e escrita, que desenvolva a competência argumentativa dos alunos e ainda estabeleça uma relação com o exercício da cidadania é o propósito desta pesquisa e de nossa proposta. Uma prática interacionista, funcional e discursiva da língua a partir de atividades verbais conscientes que favoreçam condições de participação social com o domínio da linguagem, enquanto atividade discursiva e cognitiva.

Consequentemente, almejamos formar estudantes participativos, leitores e produtores de textos orais e escritos, cientes dos papéis e imagens exercidos e criados no discurso, com representações de autoria e recepção argumentativas, concebendo a argumentação sob um ponto de vista interacional, dialógico, caracterizada pela oposição entre discursos. Em nossa experiência, observamos que os alunos também ampliaram a capacidade de poder crítico, reforçado pelas discussões em sala após cada apresentação de resultados e desenvolveram o lado produtor de textos, tanto na forma oral quanto na forma escrita, com os debates e a criação da carta aberta, ou seja, fizeram uso da língua de forma significativa, com atividades da língua que partiram de situações reais de comunicação oral/escrita.

De forma específica, por meio do embasamento teórico pautado (e adaptado para a série dos alunos) em Aristóteles (2013), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Fiorin (2013, 2015), desenvolveu-se a consciência sócio-política, a capacidade do senso crítico, da leitura reflexiva, da organização das ideias e da coerência textual a partir dos debates e textos propostos em todas as etapas do trabalho, como o registro dos principais problemas locais; a seleção e apresentação dos registros; os debates sobre políticas públicas e problemas locais registrados; a análise de discursos políticos, do ponto de vista da argumentação; as reflexões e discussões acerca dos problemas da comunidade e os argumentos utilizados nos discursos; bem como a produção textual argumentativa e leitura do texto final produzido (a carta aberta) em sessão da Assembleia Legislativa.

Pelo fato de se ter acesso aos problemas da comunidade e às promessas feitas pelos dirigentes públicos, inclusive locais, houve vontade por parte dos alunos de participar do trabalho, o que repercutiu tanto na aprendizagem quanto repercutirá em sua formação e prática diária enquanto cidadão.

Sabe-se que mesmo a oralidade estando presente no cotidiano de todos, ainda assim é perceptível a dificuldade que muitos alunos têm na hora de pronunciar um pensamento, elaborar uma ideia, organizar uma fala. Sem falar na dificuldade na produção textual escrita. Mesmo sendo uma ação coletiva, como foi a carta aberta, todos participaram, deram sugestões, foram autores. Isso é ajudar o estudante no desenvolvimento das competências comunicativa e argumentativa, nas formas oral e escrita.

Conclui-se este trabalho com a opinião de que favorecer o desenvolvimento do senso crítico, da reflexão, da tomada de posições, da autoria na fala e na escrita pode-se realizar através de um trabalho contextualizado e significativo, em que a democratização social e cultural também se insere. Finaliza-se com a certeza de que um passo foi dado, e que muito precisa ser feito a fim de que o trabalho com a argumentação se faça cada vez mais presente no dia a dia escolar, se se pretende formar pessoas para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilardo. Desafios para a área da linguagem. **Gragoatá**: revista dos programas de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF, Niterói, n. 36, 2014, p. 63-79. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistagragoata/ojs/index.php/gragoata/issue/archive>>.

Acesso em: 27 dez. 2014.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. - São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, Jose Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. A sacralização da política. In: FULANETTI, Oriana N.; BUENO, Alexandre Marcelo (orgs.). **Linguagem e política**: princípios teórico-discursivos. São Paulo: Contexto, 2013, p.21 – 38.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. - São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

TAVARES, Daniela Macedo. O discurso político. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (org). **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2001, p.187 – 229.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DA SILVEIRA, Josefa Almeida. MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. Argumentação, ensino da língua e discurso político. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, v. 20, jan./abr., p. 285-300, 2016.

Recebido: 25.11.2016 – **Aprovado:** 10.12.2016